

MEMÓRIAS EM DISPUTA: ANÍSIO TEIXEIRA E LOURENÇO FILHO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1932-35)

LOPES, Sonia de Castro. – ISERJ

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Ao fazer uma análise sobre a memória coletiva,¹ Maurice Halbwachs (1990) sublinha a importância dos pontos de referência que estruturam nossa memória, oferecendo-nos a sensação de pertencimento a um determinado grupo. Esse tipo de memória procura construir uma continuidade no tempo, além de um sentimento de coerência e de identidade, que se produz como referência e em oposição a outros grupos. Na opinião de Pollak (1992), o ato de transmissão e, portanto, da preservação da lembrança não é espontâneo e inconsciente, mas sim deliberado, com a intenção de servir a um fim determinado por quem o executa. Sendo fenômenos socialmente construídos, memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais. A manipulação da memória por indivíduos ou grupos silencia lembranças proibidas, esconde conflitos e segredos guardados *confidencialmente*, a fim de que não prejudiquem a imagem que se quer perpetuar para o grupo.

Exatamente porque é construída através de uma relação dialética entre lembrança e esquecimento, a memória desejável de um grupo ou movimento consolida-se sempre a partir do apagamento de uma outra memória. Assim, memória construída pelos *Pioneiros da Educação Nova* acerca da obra da *reconstrução educacional* constitui-se como resultado de uma série de operações seletivas exercidas de maneira expressa ou implícita por aqueles a quem se reconhece legitimidade para realizá-las, ou seja, os protagonistas do movimento.

Diante disso, seria oportuno indagarmos: Em detrimento de que memória(s) se erigiu a memória dos chamados *renovadores da educação*? Que acontecimentos precisaram ser silenciados para não prejudicar a memória de um grupo que se desejava homogêneo e isento de conflitos? Esta é a questão central deste trabalho que se remete ao período de 1932 a 1935, tendo como protagonistas os educadores Anísio Teixeira e Lourenço Filho em sua atuação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

¹ Para HALBWACHS (1990), a memória coletiva resgata o passado do esquecimento, sendo prática necessária a toda afirmação grupal, pois as lembranças só têm sentido quando compartilhadas. Essas representações se organizam em torno de um eixo central que lhes confere sentido para que possam funcionar como fundamento dessa comunidade.

Primeiras aproximações

Anísio Teixeira costumava definir-se como um homem sem apego ao passado, tendo inclusive imensa dificuldade para reminiscências, conforme relatou nas páginas dedicadas a Lourenço Filho, por ocasião da comemoração do jubileu deste educador na Associação Brasileira de Educação, em 1959.

Para Anísio, um destes pontos nesse “vago e perdido passado” foi o do encontro com Lourenço Filho. “Os primeiros tempos foram de total identificação (...) para depois perdê-lo de vista” (Teixeira, 1959, p. 67). Na verdade, a relação pessoal entre os dois iniciou-se em 1929, por ocasião da III Conferência Nacional promovida pela ABE em São Paulo. Corresponderam-se por mais de um ano, antes do encontro que marcaria a parceria dos dois no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. O teor da correspondência trocada entre eles revela a preocupação com a sintonia que procuravam manter para a realização da *grande obra educacional* a que se propunham.

Anísio havia-se exonerado da Instrução Pública da Bahia em novembro de 1929 pela impossibilidade de ver seu plano de reformas aprovado. Seu pai também criara dificuldades em relação ao seu afastamento do estado, cobrando-lhe apoio às oligarquias articuladas em torno do Partido Republicano Baiano.²

Em uma das cartas da extensa correspondência trocada com Anísio, Lourenço Filho o desestimula a entrar para a política, ao mesmo tempo em que tece comentários sobre a crise por que passa o estado de São Paulo e revela a inquietação com a política sucessória, diante de uma possível vitória da Aliança Liberal.³

O conteúdo dessa correspondência nos provoca uma reflexão acerca da origem social de nossos protagonistas⁴, fato que talvez possa explicar a singularidade de trajetórias e de tomadas de posição algum tempo depois, ainda que não se pretenda aqui estabelecer uma relação mecânica entre os fatos. De qualquer modo, à exemplo do que faz Miceli (1979), arriscamos uma breve incursão sobre a história de vida dos personagens, argumentando que a época, o meio e a ambiência podem ser valorizados

² Carta de Anísio Teixeira a Lourenço Filho. 25-01-1930. CPDOC / FGV. Ref: LF c 29-10-24

³ Carta de Lourenço Filho a Anísio Teixeira. 28-01-1930. CPDOC/FGV. Ref: AT c 29-11-01

⁴ Ao contrário de Fernando de Azevedo, um “primo pobre das oligarquias”, mas a elas ligado, e Anísio Teixeira, cuja família articulava-se ao PR da Bahia, Lourenço Filho descende de uma família de imigrantes pobres, iniciando a carreira profissional como professor primário. Ver a respeito MICELI (1979)

como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias.⁵

Ligado à oligarquia baiana, desvinculada do eixo cafeicultor paulista, mas detentor de um capital social⁶ considerável, não foi difícil para Anísio a inserção no quadro administrativo do Distrito Federal, apesar de pouco conhecido na cidade. Levando-se em conta que o movimento de 1930 procurou estabelecer-se no poder através de um *estado de compromisso*, em que o alargamento dos limites da ação estatal amparava-se em um sistema de alianças que incluía vários setores da classe dominante, ao mesmo tempo em que afastava a oligarquia paulista de sua função de pólo catalisador, é possível que sua aproximação com o projeto varguista, através de Pedro Ernesto, interventor do Distrito Federal, tenha ocorrido em função da rede de influências políticas e sociais de que desfrutava.⁷

Já a trajetória de Lourenço Filho constitui exemplo de um profissional especializado que, no dizer de Miceli “deve quase tudo à escola”. Filho de um comerciante português instalado no interior paulista, Lourenço cursou a Escola Normal de Pirassununga, transferindo-se para São Paulo onde concluiu os dois últimos anos da Escola Normal da Praça. Apesar de ingressar, em 1918, na Faculdade de Medicina, abandona o curso no segundo ano, matriculando-se na Faculdade de Direito, ao mesmo tempo em que se dedica ao magistério, lecionando Pedagogia e Psicologia na Escola Normal de Piracicaba, equiparada à Escola Normal da capital. Como demonstra Miceli, os agentes que passariam a integrar os quadros administrativos da nova carreira pedagógica que ganhava impulso, originam-se também de meios sociais relativamente modestos, e conseguiram, às custas do estudo, ocupar cargos a que não teriam acesso em uma conjuntura diversa desse mercado de trabalho especializado.

⁵ Vale a pena registrar a opinião de Giovanni LEVI (1996) em relação à “biografia contextualizada”, procedimento metodológico que “não pretende reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis” (p.175)

⁶ A categoria *capital social* aqui utilizada baseia-se na concepção de BOURDIEU que a define como um conjunto de recursos potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou à vinculação a um grupo, onde desfrutam de ligações permanentes e úteis. BOURDIEU, P. Le capital social – notes provisoires. *Actes de la recherche em sciences sociales*. Paris, n. 31, jan /1980. Apud NOGUEIRA e CATANI, 2001, p. 67.

⁷ Trabalhamos com a versão historiográfica de Boris FAUSTO (1972) sobre a Revolução de 1930. Para o autor, o movimento pode ser interpretado como fruto de uma *aliança transitória* entre as “oligarquias desvinculadas do café”, os tenentes e o Partido Democrático Paulista. A recomposição da classe dominante aconteceria depois de 1930, através da mediação de um Estado que, aos poucos, liquidaria os “excessos revolucionários”.

Rumo à aventura pela renovação educacional

Em março de 1931, Anísio Teixeira já se encontrava no Rio assessorando o ministro Francisco Campos no Ministério de Educação e Saúde, de onde escreve a Lourenço Filho mostrando-se cético em relação à política educacional do governo.⁸ Todavia, a despeito da atitude de desconfiança que demonstrava ter de um regime marcado pela *ilegitimidade*, seria nomeado, em 15 de outubro de 1931, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal com a ascensão do interventor Pedro Ernesto. Segundo Paschoal Lemme (1988), a nomeação de Anísio deveu-se à indicação do ministro Temístocles Cavalcanti, “líder intelectual prestigioso da revolução” (p. 120).

É bastante provável que a rede de influências que cercavam o jovem educador baiano tenham sido decisivas para sua ascensão. Tendo em vista trabalhos recentes sobre a singularidade da dinâmica política da cidade do Rio de Janeiro sob a administração de Pedro Ernesto (Nunes, 2001; Sarmiento, 2001) observa-se que havia uma crescente demanda social por parte da população carioca por serviços de saúde e educação, sobretudo nos subúrbios e zona rural. Percebendo a necessidade de atender a essas demandas, Pedro Ernesto irá enfrentar, prioritariamente, estes dois problemas, procurando elevar o padrão de vida das camadas populares, “integrando-as nas relações econômicas modernas caracterizadas por uma nova ordem urbana e industrial” (Nunes, op. cit. p. 42).

Identificando-se com a vertente norte-americana da *Escola Nova*, encampando os princípios de liberdade de pensamento e expressão, respeito e incentivo aos talentos individuais, Anísio compreendia a educação como o instrumento mais perfeito para promover mudanças visando inserir o país nos padrões da modernização econômica e social já atingida pelos países industrializados.⁹ A defesa de uma perspectiva autonomista para o sistema educacional – desde a escola primária até a universidade – ia ao encontro das estratégias de ação de Pedro Ernesto para costurar as alianças políticas na cidade do Rio de Janeiro. Assim, a aproximação dos dois projetos foi possível, ao menos nos primeiros anos do governo revolucionário, notadamente no Rio de Janeiro, onde o próprio Vargas precisava imprimir uma reorientação política de modo a afastar a

⁸ Carta de Anísio a Lourenço Filho em 27-03-1931. CPDOC / FGV. LF c 29.10.24

⁹ TEIXEIRA, A . “A interpretação da história contemporânea através da observação do progresso material”. CPDOC / FGV. AT pi 31/35.00.00/6

oposição das velhas oligarquias cariocas, que à primeira vista, mostraram-se insensíveis aos propósitos da Aliança Liberal.

Em São Paulo, afastado do círculo de poder do ministério, mas acompanhando atento as manobras políticas que se desenrolavam na capital do país, Fernando de Azevedo parecia otimista diante da nomeação de Anísio para a diretoria da Instrução do Distrito Federal. Entretanto, em carta endereçada a Frota Pessoa externa algumas preocupações: “O Anísio deverá ter cuidado extremo na escolha do diretor da Escola Normal (...) Ele não fará desta escola o que pretende, se não colocar, à sua frente, um ‘grande diretor’ ”.¹⁰

Ao ser consultado por Anísio sobre o nome de Lourenço para dirigir a Escola Normal do Distrito Federal, expressou suas dúvidas, afirmando ter certeza de que o decreto que regulamentava o ensino religioso era executado em São Paulo, ministrado dentro do horário escolar pelos próprios professores, com o consentimento expresso de Lourenço Filho, à época diretor da Instrução Pública de São Paulo.

Em fins de 1931, Lourenço viaja para o Rio onde participou da IV Conferência da ABE, ocasião em que foi convidado para exercer o cargo de chefe de gabinete do ministro de Educação e Saúde. Aceito o cargo, toma posse em 18-12-1931, transferindo-se definitivamente para a capital, fato que deixa Azevedo profundamente magoado, levando-o a confidenciar a Frota Pessoa que *as ambições pessoais, mais do que as idéias, pareciam seduzir Lourenço Filho* e citava como exemplo o caso do ensino religioso.¹¹

Entretanto, suas desconfianças começam a se dissipar com o apoio dado por Lourenço Filho ao *Manifesto*: “Tenho grandes esperanças no Lourenço, um dos melhores elementos na obra da reconstrução educacional (...) creio que ainda havemos de recuperá-lo.”¹²

A publicação do *Manifesto dos Pioneiros* nos jornais de maior expressão do país coincidiria com a data do decreto que transformou a Escola Normal em Instituto de Educação: 19 de março de 1932. Pouco dias depois, foi inaugurada a obra que

¹⁰ Carta de Azevedo a Frota Pessoa – 18-10-1931. Arquivo particular de Alberto Venâncio Filho. Apud PENNA, 1987, p. 145

¹¹ Carta de Azevedo a Frota Pessoa em 27-12-1931. Idem, p. 150

¹² Idem

materializaria alguns dos ideais pregados naquele documento - a *obra síntese da renovação educacional do Brasil*, no dizer de Francisco Venâncio Filho.¹³

Ao criar o Instituto de Educação, Anísio Teixeira implementou um curso de nível superior para formar o mestre primário - A *Escola de Professores* – sobreposta à escola secundária. Este curso seria, a partir de 1935, articulado à Universidade do Distrito Federal, sob o nome de *Escola de Educação*.

Na condição de diretor geral, coube a Lourenço Filho “organizar” o Instituto de Educação, empenhando-se em erigir a memória da instituição e do movimento renovador, através da publicação do periódico *Arquivos do Instituto de Educação*, anuário que tinha por objetivo dar visibilidade às experiências e pesquisas desenvolvidas na *escola-laboratório*, muitas das quais sob sua orientação. Além disso, imbuíu-se da responsabilidade de dar sobrevida ao *projeto renovador* no Instituto e, se em parte o conseguiu, isto deveu-se à capacidade de adaptação que demonstrou possuir, mesmo em tempos mais difíceis, quando a memória do movimento parecia irremediavelmente arranhada, após os incidentes deflagrados em 1935.

A criação da UDF e os conflitos no Instituto de Educação

Em dezembro de 1934 a *Escola de Professores* do Instituto de Educação formava a primeira turma e Lourenço Filho expressava em seu discurso a importância do fato para a educação do país:

Sois os primeiros a receber, em terras do Brasil, depois de estudos em nível universitário, o certificado de habilitação para o magistério elementar. Este é um dia memorável para a educação do país. (...) O que caracteriza a reorganização do aparelhamento escolar realizado na administração Pedro Ernesto é uma visão de conjunto tão orgânica que ligará indissolivelmente o nome desse preclaro administrador e do Sr. Anísio Teixeira à história da educação no Brasil. (...) A obra destes três anos em prol da educação popular será julgada como merece, como um dos acontecimentos sociais mais empolgantes que a Revolução veio permitir, para a felicidade do Brasil.¹⁴

Este fragmento ilustra exemplarmente a importância da obra educacional implementada no Distrito Federal à luz dos princípios da *educação renovada*. Tratava-

¹³ Expressão utilizada por Francisco Venâncio Filho, professor do Instituto de Educação e signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. *Arquivos do Instituto de Educação*, v. II, n.1. dez. 1945, p. 24.

¹⁴ Discurso pela formatura da primeira turma da Escola de Professores. CPDOC / FGV . LF pi 34/35. 00.00/1

se de uma obra social, sem a menor dúvida, por expandir escolaridade às massas populares. Escolaridade que não se materializava no simples crescimento da rede escolar, mas que primava pela qualidade do ensino, pelo aperfeiçoamento pedagógico daqueles a quem seriam confiadas as crianças da capital da República. Em três anos foi possível executar com certa tranqüilidade o projeto educacional a que se propunham os *Pioneiros*, visto que a obra realizada no Instituto com a formação de mestres, na interpretação de seu diretor, articulava-se *organicamente* à política educacional levada a efeito pela administração do Distrito Federal, que por sua vez engajava-se no conjunto da proposta *revolucionária* do governo Vargas.

A obra *revolucionária* iniciada com o movimento de 1930 concedia espaço à autonomia político-administrativa do Distrito Federal, que por sua vez apoiava os esforços de seu diretor de Educação, cujo projeto para formação de mestres seria ampliado com a criação de uma universidade: a Universidade do Distrito Federal¹⁵, cuja estrutura tinha como eixo central o Instituto através de sua *Escola de Professores*, transformada agora em *Escola de Educação*.

Anísio Teixeira idealizava a universidade como uma instituição distante da hegemonia da Igreja e da formação acadêmica bacharelesca, uma instituição capaz de coroar o sistema de ensino que havia imaginado para o Distrito Federal, com um interesse vivo pela pesquisa e pela produção do saber. Assim, com sua *Escola de Professores* transformada em *Escola de Educação*, o Instituto foi incorporado à UDF com o objetivo não só de formar professores em todos os graus de ensino, mas ainda de consagrar-se como um centro avançado de pesquisas educacionais (Mendonça, 2002).

A defesa dos princípios da autonomia universitária e da liberdade de cátedra – características essenciais da instituição – fez com que a UDF abrigasse intelectuais de diversos matizes ideológicos, propiciando um clima de democratização que acabaria por ampliar sua área de influência, resultando daí o atrito com o governo federal.

Fortemente criticada pelos setores mais conservadores – as forças tradicionais da Igreja Católica e da elite política – a UDF foi vista como veículo de propagação comunista, além de constituir um obstáculo ao projeto universitário almejado pelo ministro Capanema, para quem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, projetada segundo o Estatuto das Universidades Brasileiras

¹⁵ A UDF foi criada pelo decreto municipal n. 5513, de 4 de abril de 1935.

(1931), deveria ser um modelo a ser seguido por todas as instituições de ensino superior do país.

Como estratégia para esvaziar o projeto universitário no Distrito Federal, Capanema convidou Lourenço Filho para dirigir o Departamento Nacional de Educação, tentando afastá-lo da direção da Escola de Educação – eixo central da UDF. Demonstrando habilidade política, Lourenço recusou o convite alegando “responsabilidades técnicas e compromissos morais” que o prendiam à obra educacional do Distrito Federal, especialmente ao Instituto de Educação.¹⁶

Entretanto, as razões da negativa não convenceram Capanema, uma vez que Lourenço deixa transparecer um certo receio de que a indicação de seu nome para o cargo não obtivesse consenso junto ao governo federal, o que encoraja Capanema a insistir no convite:

Você me permita o abuso de não considerar a sua resposta como definitiva. Depois da longa conferência que tive com o Interventor e com o Anísio, fiquei convencido de que o caso estava resolvido. Transmiti, pelo telefone, ao presidente a informação de que você aceitara o lugar (...) É possível acumular com o cargo federal o de professor do Instituto. Você naquele cargo prestará ao Instituto colaboração a mais preciosa. Essa colaboração se traduzirá, de um lado, pela assistência de suas idéias, de seus planos, de sua grande experiência, e, de outro lado, pelo maior prestígio que você poderá criar para aquele estabelecimento de educação.¹⁷

O ministro tranqüilizava Lourenço sobre a indicação de um outro candidato para o cargo, cujo critério de escolha seria “de caráter técnico e não político” e, apelando para a competência do interlocutor, acrescentava: “Acredito no seu saber e na sua eficiência. Com sua colaboração, poderei realizar o grande empreendimento”. E antes de despedir-se cordialmente do amigo, recomendava-lhe: “Fale ao Anísio sobre tudo isto”.¹⁸

Entretanto, as relações entre o diretor do Instituto e o Secretário de Educação tornaram-se tensas após a criação da universidade. A falta de espaço físico para instalar todas as Escolas da UDF no prédio do Instituto de Educação, como queria Anísio, bem como o entendimento de que somente a Escola de Professores seria integrada à universidade acabaram por gerar uma séria crise entre os dois.¹⁹ Não só Lourenço, mas

¹⁶ Carta de Lourenço Filho a Capanema - 4/4/1935. CPDOC/FGV. GC b / Lourenço Filho, doc. 519.

¹⁷ Carta (confidencial) de Capanema a Lourenço Filho. 05-04-1935. CPDOC/FGV. LF / DNE, Pasta III, doc. 509.

¹⁸ Idem

¹⁹ A situação do Instituto de Educação face ao Decreto 5513. CPDOC/FGV. LF/ Inst. Educ. Pasta I. Ver também VIDAL (2001) sobre a correspondência trocada entre Lourenço Filho e Fernando de Azevedo,

todo o corpo docente da instituição teve a nítida impressão de que o Instituto estava sendo desmembrado. “E o Instituto é indivisível como instituição”,²⁰ proclamava Lourenço no memorial enviado ao Secretário de Educação, rebelando-se contra as Instruções que estabeleciam as normas de funcionamento dos diferentes cursos da universidade.²¹

Partindo da hipótese que a universidade se compunha de um núcleo cultural (Escolas de Ciências, Letras, Economia e Direito) e de um núcleo com caráter mais profissional (Instituto de Educação e Instituto de Artes), Lourenço sugeria o funcionamento das escolas culturais num mesmo local, para aproveitamento de bibliotecas e laboratórios comuns. Já os dois Institutos, pela natureza de seus fins e pela necessidade de instituições complementares anexas, deveriam ter localizações à parte. Em sua opinião, a solução para o problema seria manter o Instituto como uma unidade administrativa e técnica, com objetivo de fornecer licenças docentes através da Escola de Educação, após as licenças culturais obtidas pelos candidatos nas demais Escolas ou Institutos da universidade.²²

Entretanto, para Anísio, a concepção de formar professores não se restringia à simples preparação didático-metodológica. Preocupava-se, antes de tudo, com a articulação íntima entre o conteúdo das matérias e as *técnicas da arte de ensinar* e por isso a formação pedagógica deveria permear todo o curso, não se configurando como uma extensão à formação cultural. Como se pode perceber, havia diferenças entre os dois educadores em relação à forma de conceber um curso de formação de professores.

A onda reacionária

Em função da eclosão dos movimentos armados, em novembro de 1935, a Lei de Segurança Nacional concedeu às autoridades o poder de perseguir e deter cidadãos que demonstrassem qualquer incompatibilidade com o regime autoritário vigente. Diversos colaboradores de Anísio Teixeira foram detidos e ele próprio, em 1º de dezembro de

na qual o diretor do Instituto queixa-se de Anísio Teixeira e Azevedo dispõe-se a vir ao Rio para serenar os ânimos e reatar a amizade entre os dois para não colocar em risco a obra educacional que vinha se realizando no Rio de Janeiro e a unidade do grupo dos educadores (p. 242)

²⁰ *Memorial do Diretor do Instituto ao Sr. Reitor Interino, apresentado em caráter confidencial*. CPDOC / FGV. LF / Inst. Educ. Pasta I.

²¹ Instruções nº 1 de 12 / 06/1935. CPDOC / FGV. LF / I. E. Pasta I

²² Esta será a concepção que norteará os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U. do Brasil, criada por Capanema em 1937 – o famoso esquema 3+1 que marcou a formação de professores nas universidades brasileiras.

1935, pediria demissão da Secretaria de Educação, sob a justificativa de que sua permanência no cargo constituía “embaraço político” para o governo de Pedro Ernesto.²³ Poucos companheiros foram solidários a Anísio neste ato. Através de um abaixo-assinado, declararam-se espontaneamente demissionários Afrânio Peixoto, reitor da UDF; Carneiro Leão, diretor do Departamento de Educação; Roberto Marinho de Azevedo, diretor da Escola de Ciências da UDF; Gustavo Lessa, diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais; Paulo Ribeiro, chefe da Divisão de Prédios e Aparelhamentos escolares; e Mário de Brito, diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação.²⁴

Ato contínuo, o jornal sensacionalista *O Povo* envolveu o nome de Lourenço Filho no rol de suspeitos de atividades comunistas, através da seguinte manchete: *Escola Nova e bolchevismo – coisas que precisam ser vistas*. Revoltado com o incidente e temendo a repercussão do fato no Instituto de Educação, “grande casa de ensino que organizei e venho dirigindo”, dirigiu-se ao Conselho de Educação a fim de defender-se das acusações.

(...) É em respeito àquela instituição, a quem tenho dado o meu desvelo, com sacrifício da minha saúde e até do convívio de meus filhos; é em respeito a este conselho que me vejo obrigado a tratar do caso que ora me traz à tribuna. (...) A minha vida é tão clara; tão conhecidas as minhas relações e os meus hábitos; as minhas idéias sobre educação e sobre os problemas sociais, tão difundidos no país e até mesmo no estrangeiro, pelas traduções e freqüentes citações de meus livros; as minhas normas de conduta tão comprovadas junto às autoridades que, antes e depois da Revolução de 30, me têm chamado a postos de comando no ensino – que eu poderia dispensar-me de dar atenção a tão ridícula investida (...) Mas, para poder prosseguir e ser ouvido com a mesma confiança com que meus companheiros sempre me têm honrado, faço questão de lembrar aqui (...) que no dia 14 de outubro de 1932 instaurei processo disciplinar para apurar as responsabilidades da distribuição de boletins da Federação Vermelha de Estudantes no Instituto (..) Do processo resultou a eliminação da matrícula de uma aluna que se declarou membro dessa Federação e comunista. Encontrei grandes dificuldades para fazê-lo e fui ameaçado até de morte (...) ²⁵

Sua exposição pública diante do Conselho era um prenúncio dos tempos difíceis que se iniciavam. Instituição símbolo de todo um movimento político-educacional que

²³ Carta de Anísio Teixeira ao prefeito Pedro Ernesto (1-12-35), solicitando exoneração do cargo que ocupava. Apud TEIXEIRA, 1997, p. 34.

²⁴ CPDOC/FGV. AT c 1935.12.01

²⁵ *Discurso de Lourenço Filho junto ao Conselho de Educação justificando sua atitude frente ao Instituto de Educação e rebatendo acusações de comunista*. CPDOC / FGV. LF / Inst. Educação, pasta XII.

ganhava espaço e parecia vitorioso, o Instituto de Educação certamente viria a sofrer as conseqüências drásticas daqueles acontecimentos. Lourenço Filho tinha clareza de que sua obra educacional não ficaria imune aos ataques dos opositores. Mais do que isso: ele sabia que seria preciso dar continuidade ao processo de construção da memória da obra dos *renovadores*, tarefa a que vinha se dedicando nos últimos anos. Se até aqui fora possível criar uma *memória desejável* para o movimento, a conjuntura desfavorável pós 1935 exigiria cada vez mais concessões, além de estratégias que garantissem a sobrevivência do projeto.

Memórias em disputa

Para o antropólogo Gilberto Velho, o projeto é “resultado de uma deliberação consciente a partir do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito” (Velho, 1994, p. 103). Diante dessa realidade, para que um projeto sobreviva em meio a outros - alguns mesmo concorrentes - é preciso reconhecer as limitações e inevitáveis concessões que devem ser negociadas pelo sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos. Essa relação do sujeito com o seu projeto, dinâmica e continuamente revista é que lhe confere identidade e explica, de certa forma, a seletividade que se confere à memória, submetida quase sempre a um processo de (re)construção.

Na visão de Pollak (1989) duas são as funções essenciais da memória: a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras dos princípios comuns de um grupo - o sujeito coletivo. Nesse sentido, o autor opera com a categoria de “memória enquadrada”, termo mais adequado e específico, em sua opinião, do que memória coletiva. O verdadeiro trabalho de *enquadramento* consiste em uma operação que obedece a certos critérios e possui limites, uma vez que essa memória não pode ser construída arbitrariamente.

Toda memória oficial deve passar credibilidade para ser aceita e por isso precisa de justificativa, organização e registro. Entretanto, como lidar com as lembranças proibidas, indizíveis, que maculam a aparente harmonia de um movimento ou instituição? Como se transitassem em zonas de pensamento perigoso, essas lembranças mantêm-se à sombra, no silêncio, à espera de um momento mais oportuno para serem reveladas e, inúmeras vezes, nunca o são.

Na memória das antigas alunas da Escola de Professores adquire centralidade a figura de Lourenço Filho, para elas o verdadeiro construtor do Instituto de Educação.

Na verdade, coube-lhe dar forma às mudanças estruturais introduzidas por Anísio Teixeira e na memória da instituição foi quem deixou marcas mais profundas, sobretudo devido à presença física, como diretor da casa entre 1932 e 1937. Além disso, sua *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, publicado em 1930, tornou-se a cartilha do movimento, leitura obrigatória nos cursos normais e pedagógicos do país, embora fosse muitas vezes criticado por sua visão técnica e reducionista sobre o movimento.²⁶

Anísio, por sua vez, deixou nas alunas lembranças contraditórias: Por vezes considerado “um homem de grande saber, identificado com as questões do magistério” ou “um dos poucos professores que dava abertura para expressarmos nossas próprias opiniões”²⁷, não raro é lembrado como um personagem identificado com o poder, cujos atos administrativos visavam tão somente assegurar vantagens políticas.²⁸

O fato é que Lourenço Filho soube dar visibilidade à sua atuação no Instituto, produzindo com eficácia uma memória positiva para o *movimento dos Pioneiros*. Após a intempestiva saída de Anísio, coube-lhe velar pela integridade do grupo, assegurar sua homogeneidade e impedir a derrocada do projeto.

O medo da punição, de se expor a mal-entendidos ou o zelo pela manutenção de alguns princípios caros ao grupo a que pertencem, levam, freqüentemente, alguns agentes sociais a reforçarem a crença na possibilidade de transformar “por dentro” a estrutura vigente, colaborando e/ou fazendo concessões aos representantes do poder instituído. Mas até que ponto pode-se negociar a preservação da identidade de um projeto, ou dito de outra forma, como mover-se, com desenvoltura, no terreno pantanoso da colaboração e evitar o comprometimento ?

Um movimento não pode mudar a orientação e a imagem, sob pena de ser esfacelado pelos conflitos e divisões que podem condená-lo ao desaparecimento. O que está em jogo no processo de construção da memória é o sentido da identidade individual e do grupo que não pode ser perdido. O trabalho de *enquadramento da memória* “assegura a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade” (Pollak, 1989, p.11). Entretanto, a memória subterrânea, contida, aprisionada pode desenvolver um trabalho de subversão pelo silêncio, quebrado de alguma forma nos graves momentos de crise ou mudanças.

²⁶ Ver a respeito Clarice NUNES, 2000, p. 191-4.

²⁷ Depoimento de Alda Gomes de Carvalho, turma de 1934, colhido em 09-10-2001.

²⁸ Depoimento de Marília Marques da Costa, turma de 1936, colhido em 02-10-2001.

Como desenvolver o projeto dos Pioneiros no Instituto de Educação naqueles tempos difíceis? Como conciliar a sobrevivência daquele projeto com o silêncio que cercou o nome, pensamento e a ação de alguns dos mais combativos pioneiros? Certamente, houve um trabalho de enquadramento da memória, gerando uma memória dividida sobre o movimento.²⁹

Uma questão de sobrevivência?

Consta dos *Arquivos do Instituto de Educação* de 1937 um relatório minucioso sobre as atividades realizadas no Instituto de Educação durante o ano letivo de 1936, elaborado pelo professor Lourenço Filho, a pedido do ministro Capanema.³⁰ Entretanto, o clima de autoritarismo que assolou o país gerou desdobramentos políticos que acabaram por afetar o curso de formação de professores implementado no Instituto de Educação em 1932. Na verdade, a obra educacional foi duramente atingida pelo Decreto nº 156 de 30 de dezembro de 1936, que *extinguiu a exigência do curso superior para a formação de mestres da escola primária*.

Inconformadas, as alunas do Curso de Formação de Professores enviaram ao Dr. Francisco Campos, Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, um abaixo-assinado negando-se a abrir mão do último ano do curso, período no qual intensificava-se o estudo das *Matérias de Ensino e Prática*.³¹

Diante do descompromisso do Secretário com o projeto de formação do magistério público primário do Distrito Federal – obra de Anísio que o próprio Lourenço ajudara a tornar realidade – o diretor do Instituto negou-se a assinar o diploma daqueles que interromperam o curso em 1936. Em consequência dessa decisão política, um grande número de professores diplomou-se sem cursar as matérias específicas de sua formação profissional.

Essa situação representou a ruptura de um projeto que Lourenço Filho tentava salvaguardar, apesar das divergências de pontos de vista e aspirações, expressas pelas tensões a que já nos referimos. Simultaneamente a esses acontecimentos, o ministro

²⁹ Sobre a questão da *memória dividida* ver o texto de PORTELLI (1996, p. 103-130) e os comentários a este texto feitos por MOTTA (1999, p. 74-89).

³⁰ Correspondência de Gustavo Capanema para Lourenço Filho. 10-11-1936. CPDOC/FGV. LF c 1935.01.22.

³¹ Abaixo assinado das alunas da Escola de Educação ao Dr. Francisco Campos, em 15 de março de 1937. CPDOC/FGV. LF / Inst. Educação, pasta III

Capanema cercava de atenções o diretor da instituição, acenando-lhe com uma carreira promissora no âmbito da administração federal. Em janeiro de 1937, Lourenço Filho foi por ele incumbido de participar do VI Congresso Internacional de Ensino Técnico-Profissional sediado em Roma e de lá prosseguir viagem até Berlim para visitar algumas escolas técnicas e sondar a contratação de professores.

No início do mês de fevereiro, de Gênova, Lourenço anuncia a Capanema a sua decisão de retornar ao Rio, confirmando alguns pontos acertados em longas conversas com o ministro antes de sua partida para a Europa. Lembrava-lhe da necessidade de autonomia para os serviços do Departamento que ficaria sob sua direção, liberdade de escolha de seus auxiliares imediatos, além de sua transferência, em caráter definitivo, para a administração federal.³²

Retornando da viagem em fevereiro de 1937, permaneceu na direção do Instituto até abril, quando então foi colocado à disposição do governo federal, a fim de ocupar o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Educação, sendo substituído pelo professor Francisco de Avellar Figueira de Mello “a quem coube a execução do disposto no decreto nº 156 de 30 de dezembro de 1936”.³³ Dessa maneira, Lourenço eximiu-se de assinar os diplomas dos professores que deixaram de cursar a Escola de Educação, em função do decreto nº 156 / 1936.

Contudo, acreditamos que apesar do constrangimento sofrido em decorrência do desmonte do curso que ajudara a construir, a sua ida para o Departamento Nacional de Educação e depois para o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas, onde permaneceu até o final da ditadura Vargas, resultou da constatação de que nada poderia fazer, ao menos naquele momento, para defender os princípios do projeto que lhe consumira “cinco anos de dedicação e trabalho”. Restava-lhe, como estratégia de sobrevivência, articular-se politicamente para, de alguma forma, sustentar-se no poder, haja vista o empenho com que negociara com Capanema a sua transferência para o ministério.

No discurso de posse no novo cargo, Lourenço postula uma educação regida por um Plano Nacional a ser executado em todo território nacional, com a fiscalização dos poderes da União, rompendo com a “tradição que nos ficava do Ato Adicional de 1834

³² Carta de Lourenço Filho a Capanema em 02-02-1937. CPDOC/FGV. GC b / Lourenço Filho, M. B. Doc. 0526

³³ Relatório dos trabalhos referentes ao ano letivo de 1937. CPDOC/FGV. LF / Inst. Educação, pasta II

em que se esquecia a Nação.”³⁴ O teor nacionalista do discurso não deixa dúvidas quanto à sua adesão aos princípios da nova ordem que se estabelecera no país. Seus anseios como *técnico e profundo conhecedor da educação brasileira*, razões que certamente justificaram a escolha de seu nome para o cargo, pareciam afinar-se com o projeto educacional do governo Vargas em sua fase mais autoritária.

Lourenço Filho e Anísio Teixeira só voltariam a encontrar-se no final dos anos 1940, após a queda do regime ditatorial. Embora suas trajetórias tomassem rumos diversos, de alguma forma, ainda se reconheciam como pioneiros nos ideais e na luta por um projeto de reconstrução do país pela educação. De forma polida, talvez com uma ponta de ressentimento, Anísio registrou suas impressões sobre o antigo companheiro:

(...) Encontrei-o fazendo obra de pioneiro, sob o terrível lema de que vale realizar, mesmo que imperfeitamente. Tinha Lourenço Filho mais que nenhum outro, no Brasil, a alma de educador. (...) Todas as grandes instituições educativas, a começar pela Igreja e a terminar na Escola, são congenitamente conservadoras, consolidadoras, estabilizadoras. Podem educadores servir a uma revolução, mas depois que elas se tenham feito vitoriosas. Ficam sendo, pois, os conservadores da revolução. O que não se pode pedir é que educadores sejam revolucionários. (Teixeira, 1959, p. 67)

REFERÊNCIAS

Documentais

Arquivo Anísio Teixeira – CPDOC / FGV

ATc 21-11-01

ATc 1935.12.01

AT pi 31/35.00.00/6

Arquivo Lourenço Filho – CPDOC / FGV

LF c 29-10-24

LF c 1935.01.22

LF / DNE, pasta III, doc. 509

LF/ Instituto de Educação: pastas I, II, III, XII

LF pi 34/35.00.00/1

LF pi 37.00.00.00

Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV

³⁴ Discurso de posse no DNE. CPDOC/FGV. LF pi 37.00.00.00

GC b / Lourenço Filho, M.B. doc. 519

GC b/ Lourenço Filho, M.B. doc. 526

DISTRITO FEDERAL: *Arquivos do Instituto de Educação*, v. II, nº 1, dez., 1945

Bibliográficas

FAUSTO, B. *Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1990.

LEMME, P. *Memórias*. v. 2. São Paulo/ Brasília: Cortez/ INEP, 1988

LEVI, G. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, M ; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996

MENDONÇA, A . W. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002

MICELI, S . *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979

MOTTA, M. M. “História e memórias”. In: *Dimensões da história*. Niterói: UFF, 1999

NOGUEIRA, M. A . ; CATANI, A . *Pierre Bourdieu – escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NUNES, C. *Anísio Teixeira a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000

NUNES, J. R. *A administração Pedro Ernesto e a questão educacional*. Rio de Janeiro: IFCH / UERJ, 2001 (Dissertação de Mestrado)

PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989

_____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 15, n. 10, 1992

PORTELLI, A . “O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, M ; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996

SARMENTO, C. E. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001

TEIXEIRA, A . “Lourenço Filho e a educação”. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Lourenço Filho um educador brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1959

TEIXEIRA, A . *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

VIDAL, D. G. “Lourenço Filho e Fernando de Azevedo: irmãos de armas”. In: MONARCHA, C. e LOURENÇO FILHO, R. *Por Lourenço Filho: uma biobibliografia*. Brasília: MEC/Inep, 2001